

# Para Maia, Nordeste barra mudanças no novo Orçamento

A Comissão Mista que examinará o projeto de Orçamento da União só começará a discutir detalhadamente a proposta depois do dia 5. Mais seu vice-presidente, o deputado César Maia (PDT/RJ), está convicto de que o Congresso vai mudar pouco e não deverá fazer mais do que uma pequena redução no volume das despesas do Governo.

Essa convicção de César Maia baseia-se em dois fatores. Segundo o deputado, a proposta orçamentária privilegia rubricas cujas dotações devem servir para beneficiar especialmente o Nordeste. "E nada se faz contra o Nordeste no Congresso", observa Maia, para sustentar a certeza de que a proposta orçamentária será pouco alterada.

Representada por 25 parlamentares na Comissão Mista de Orçamento, que é composta por 60 deputados e senadores, a bancada nordestina não tem o volume de votos necessários para decidir sozinho sobre a proposta orçamentária. César Maia reconhece isso, mas acredita que na Comissão e no plenário do Congresso se repetirá um dos fatos mais importantes do processo de elaboração da Constituição: a união dos parlamentares do Nordeste com a representação do Norte e do Centro-Oeste. Essas bancadas têm, na Comissão de Orçamento, 37 dos 60 parlamentares — maioria absoluta.

## Ataque

As contas dão sentido às previsões do deputado César Maia, mas opiniões manifestadas por deputados nordestinos, durante a semana, indicam a possibilidade de que a defesa do projeto de Orçamento apresentado pelo Governo não seja uma tarefa comum.

O Presidente da Comissão, por

exemplo, é maranhense como o Presidente da República e amigo de José Sarney. A primeira declaração de Cid Carvalho sobre o Orçamento feita na sexta-feira, continha um duro ataque ao Governo. Carvalho considerou uma farsa o que o Governo propôs como "Operação Desmonte" — a transferência de encargos a Estados e Municípios, como consequência da nova realidade tributária e de outros dispositivos que a Constituinte criou. O projeto de Orçamento, segundo o Governo, expressaria essa "Operação Desmonte".

A declaração de Cid Carvalho contra o Governo representa também uma contestação ao próprio deputado César Maia, que atribui aos nordestinos a disposição de alterar pouco a proposta orçamentária. César Maia é favorável ao que conseguiu identificar como "Operação Desmonte" no projeto de Orçamento.

## Confronto

O confronto entre as opiniões do deputado Cid Carvalho — que é nordestino e amigo do Presidente Sarney — e as de César Maia — que é carioca e integra um partido de oposição ao Governo — parece ser um sinal de que o destino da proposta — orçamentária está longe de ser definido dentro da Comissão. Somada às divergências entre seus integrantes a mobilização dos governadores, que pretendem ter influência decisiva, o que se preannuncia até dezembro é a primeira grande batalha entre o Governo e as representações estaduais no Congresso, após a Constituinte e como consequência da nova Constituição. A Carta devolveu ao Legislativo o poder de influir sobre o Orçamento.

O Governo está inacessível a

qualquer discussão destinada a alterar a proposta orçamentária, mas ouviu nesta semana uma espécie de ultimato de governadores e parlamentares. O deputado Ulysses Guimarães, em nome dos parlamentares, disse ao governador Newton Cardoso que o projeto do Governo será derrubado se o Executivo não se dispuser a negociá-lo. Newton, representando outros governadores, repetiu isso ao Presidente Sarney.

## Preocupação

O que preocupa os governadores, além da "Operação Desmonte", é um aviso da Secretaria do Tesouro que determina o pagamento, em 1989, de 25% das dívidas contraídas pelos Estados junto à União.

Sensíveis à posição dos governadores, os parlamentares têm mais algumas preocupações. Entre elas se destaca a transformação da Presidência da República na segunda maior rubrica do projeto de Orçamento. Nada menos do que 10% da receita orçamentária prevista serão administrados pela Presidência da República, através da Secretaria Especial de Ação Comunitária. São Cz\$ 384 bilhões. Dotação superior a essa só é destinada pelo projeto de Orçamento ao Ministério da Educação.

Um estudo encomendado pela Presidência da Comissão Mista a técnicos em orçamento — e que deverá estar concluído amanhã — detalhará aos parlamentares o conteúdo da proposta do Governo. Seria o primeiro documento de orientação, produzido no Legislativo, sobre o que o Governo quer fazer em 1989 mas, pela primeira vez em muitos anos, só fará se o Congresso quiser.